

Processo amplo é defendido por ex-ministros

Dornelles e Delfim acham que mercado financeiro deve trabalhar com taxas prefixadas

BRASÍLIA — O ex-ministro da Fazenda e atual deputado Delfim Netto (PPR-SP) acha que não é possível acabar apenas com a correção automática dos salários pelo IPC-r. "Se o governo realmente for desindexar a economia, não poderá mexer apenas nos salários," Delfim disse que o governo terá de alterar as regras do mercado financeiro. E será obrigado a decretar o fim da TR. "O mercado terá de trabalhar com juros prefixados."

Outro ex-ministro da Fazenda e atual líder do PPR na Câmara, Francisco Dornelles (RJ), tem a mesma opinião. Ele não tem dúvidas de que as regras do mercado financeiro serão alteradas, se o governo resolver mesmo partir para a ampla desindexação. "O problema será evitar uma corrida às cadernetas de poupança."

A desindexação do mercado financeiro é o ponto mais delicado das discussões na área econômica. A dificuldade reside na solução de dois problemas: evitar fuga de capitais para aplicações em ativos reais (imóveis, ouro), e evitar o descasamento entre as captações e as aplicações das instituições. Neste último caso, a maior preocupação é com as aplicações do Sistema Financeiro da Habitação, de longo prazo, mas com base em captação de curto prazo.

A desindexação do mercado implica proibição dos bancos usarem índice de correção monetária nas operações de curto prazo. Captações e empréstimos são corrigidos pela TR. Delfim e Dornelles acham que isso terá de acabar. "Se estivesse no governo, faria o processo de forma gradual", disse Delfim.

Dornelles acha que só o governo saberá o momento adequado para a desindexação geral. "É preciso ter certeza do equilíbrio das contas."

O principal conselho que Dornelles dá ao governo é para que não acabe com a Ufir. "Se a inflação voltar, a receita tributária poderá virar pó." Essa é a mesma opinião dos técnicos da Receita Federal. Mas se o governo acatá-la poderá mostrar que deseja a desindexação para os outros e não para si.

Embora tenha conseguido quase tudo que pediu ao governo, a bancada ruralista vive uma dúvida surrealista. Não sabe se ganhará ou perderá com o governo ou se acabará perdendo. Teme que, com a desindexação e com a queda da inflação, a taxa prefixada de 16% ao ano para o crédito rural, acertada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, termine sendo muito elevada.

"Queremos uma cláusula de salvaguarda para o caso da inflação cair", anuncia o deputado Augusto Nardes (PPR-RS), um dos líderes ruralistas. Com a desindexação, a expectativa geral é que a taxa anual de inflação fique abaixo de 10%. O presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, chegou a dizer que espera taxa de 0,5% ao mês, ou 6,2% ao ano.

"Colocamos essa questão nas discussões com a equipe econômica", informa o deputado Hugo Biehl (PPR-SC), coordenador técnico da bancada ruralista. "Se a inflação cair muito, não teremos uma taxa favorecida como o setor necessita".

Os ruralistas podem comemorar pelo menos uma vitória. A agricultura é o primeiro setor a trabalhar com taxa prefixada de juros, depois de 15 anos.